

**Brasil é um dos países com menor mobilidade social em ranking global**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Relatório do Fórum Econômico Mundial conclui que maioria das economias está falhando em fornecer as condições para que seus cidadãos possam prosperar. São Paulo — É extremamente difícil ascender socialmente no Brasil se você não vier de uma família de posses. O país está na 60ª posição entre 82 economias em um ranking de mobilidade social divulgado nesta semana pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), cujo encontro anual vai até o dia 24 em Davos, na Suíça. O Índice Global de Mobilidade Social considera 10 pilares distribuídos em cinco dimensões da mobilidade social: saúde, educação, acesso à tecnologia, oportunidades de trabalho, condições de trabalho e salários justos e, finalmente, proteção social e instituições inclusivas. “Crianças nascidas em famílias menos abastadas tendem a experimentar maiores barreiras para chegar ao sucesso do que aquelas nascidas em famílias mais abastadas. Essa desigualdade de oportunidades podem se tornar arraigadas e promover desigualdades econômicas de longo prazo, bem como profundas divisões econômicas e sociais”, diz o texto. Os sete primeiros países do ranking são todos escandinavos: Finlândia, Noruega, Suécia, Dinamarca e Islândia. Entre as economias do G7, a Alemanha é a campeã, no 11º lugar, seguida pela França, no 12º. A Rússia é a líder em mobilidade social dentro do BRICS, ocupando a 39ª posição geral. Em seguida vem a China, na 45ª posição, seguida pelo Brasil (60ª), Índia (76ª) e África do Sul (77ª). Os últimos lugares no ranking são de Paquistão, Camarões, Senegal e Costa do Marfim. Brasil A nota que o Brasil levou no relatório do WEF é 52,1, numa escala em que 100 é a nota máxima. A nota do primeiro lugar do ranking é 85,2. Entre os pilares usados para compor a nota geral, o que teve a pior avaliação foi o chamado “Distribuição Justa de Salários”, com nota 35,9. O WEF destaca a incidência de baixos salários no mercado de trabalho brasileiro, de 21,5% e a alta incidência de trabalhadores em condições vulneráveis de emprego (27,4%). O Brasil também tem uma alta proporção de jovens que não estão empregados nem estudando (24,1%). “Esforços adicionais poderiam ser feito para diminuir os níveis de desemprego entre os trabalhadores com educação básica (15,3%) e intermediária (14,1%)”, diz. Melhorar o acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida dos cidadãos levaria à redução dos níveis de desemprego no país, destaca o estudo. Nos pilares “Acesso à Educação” e “Qualidade e Equidade da Educação”, o país tem 54,2 e 42,2 pontos, respectivamente. O relatório destaca que, apesar de o Brasil registrar uma alta taxa de matrículas na pré-escola (86,5%), apresenta um alto nível de crianças abaixo da proficiência mínima esperada aos 10 anos de idade (46,9%). “Menos alunos por professores nos ensinos pré-primário, fundamental e médio poderia ser um caminho para reduzir a deficiência na aprendizagem”, sugere o documento. Uma das medidas de mobilidade social usadas pelo relatório calcula quantas gerações, em média e com todo o resto constante, levaria para uma família de baixa renda atingir a renda mediana da sociedade. Na Dinamarca, são duas e na França, seis. No Brasil e na África do Sul, são nove gerações. O relatório também aponta uma relação estatística forte, em que países com alta desigualdade de renda também tem baixa mobilidade social. A curva foi apelidada de “O Grande Gatsby” em referência ao romance que se tornou símbolo do fosso social nos anos 20, e mostra como a desigualdade e a baixa mobilidade são fenômenos que se retroalimentam em um círculo vicioso. De acordo com o economista Daniel Duque, o Brasil sustenta uma posição tão ruim no ranking porque ainda está longe de garantir direitos básicos aos seus cidadãos. “(Falta aqui) educação de qualidade para os mais pobres, uma renda que permita a funcionalidade familiar em domicílios de extrema pobreza, oportunidades de empregos de qualidade em todas as regiões e o fim da discriminação de gênero e cor/raça, tanto no mercado de trabalho quanto nas normas sociais”, diz. Estudo do economista **Marcelo Neri**, do FGV Social, de agosto do ano passado mostra que o Brasil passa por uma escalada na desigualdade desde o começo de 2015. Na data da divulgação do levantamento, a desigualdade de renda

aumentava há 17 trimestres consecutivos, o maior período já documentado. “Nem mesmo em 1989, que constitui o nosso pico histórico de desigualdade brasileira, houve um movimento de concentração de renda por tantos períodos consecutivos”, destacou o estudo feito com base em dados da PNAD Contínua do IBGE. O período corresponde ao auge da crise econômica, com queda acumulada do PIB na ordem de 8% no acumulado de 2015 e 2016, e também abarca a tímida retomada registrada em 2017 e 2018. A globalização e a tecnologia são frequentemente culpadas por esse tipo de cenário, mas, como o relatório destaca, há uma infinidade de razões para isso, “dentre as quais a má elaboração de políticas, e é responsabilidade de várias partes interessadas corrigi-las”, diz o WEF.



Rio: Brasil passa por uma escalada na desigualdade desde o começo de 2015 (Cesar Okada/Getty Images)